ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

RELATÓRIO

DA AUDIÇÃO DA GESTORA PÚBLICA INDIGITADA PARA A RECONDUÇÃO NA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA LOTAÇOR – SERVIÇO DE LOTAS DOS AÇORES, S.A.

PONTA DELGADA
SETEMBRO DE 2017

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ARQUIVO
Entrada 2948 Proc. n.º 16.24
Data: 04/09/21 N.º 1/XI

TRABALHOS DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 13 de setembro de 2017, na Delegação de São Miguel da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada, a fim de proceder à audição da Dra. Cíntia Ricardo Reis Machado, indigitada pelo Governo Regional dos Açores para a recondução no cargo de Presidente do Conselho de Administração da Lotaçor – Serviço de Lotas dos Açores, S.A.

O *Curriculum Vitae* da Dra. Cíntia Ricardo Reis Machado fica anexo ao presente relatório, do qual faz parte integrante.

1º. CAPÍTULO – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A presente audição é efetuada nos termos e para os efeitos previstos nos números 2 e 4 do artigo 12.º e artigo 12.º-A do Estatuto do Gestor Público Regional, o qual foi republicado em Anexo ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2014/A, de 30 de outubro.

"A comissão especializada permanente respetiva deve proceder à audição no prazo de vinte dias, a contar da data do despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores." (cf. previsto no n.º 3 do artigo 12.º-A)

"A comissão referida no número anterior, ao abrigo das correspondentes normas regimentais, elabora um relatório, do qual deve constar a audição do gestor público indigitado, bem como a posição dos partidos que integrem a comissão sobre a referida audição." (cf. n.º 4 do artigo 12.º-A).

Por fim, refira-se que "O relatório é obrigatoriamente enviado, no prazo de cinco dias, pelo Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores ao Presidente do Governo Regional dos Açores, para os devidos efeitos." (cf. n.º 5 do artigo 12.º-A)

2º. CAPÍTULO – AUDIÇÃO DO GESTOR INDIGITADO

A Dra. Cíntia Ricardo Reis Machado, na qualidade de gestora indigitada para a Presidência do Conselho de Administração da Lotaçor – Serviço de Lotas dos Açores, S.A., cargo que exerce desde 2014, iniciou a sua audição com uma breve apresentação do seu currículo, que consta em anexo a este relatório, bem como do objeto e das atividades realizadas pela Lotaçor.

A Dra. Cíntia Machado referiu que a empresa Lotaçor é detida a 100% pela Região Autónoma dos Açores, tem mais de 36 anos de atividade ao serviço do setor e tem como objeto principal a realização de todas as operações relativas à primeira venda do pescado e respetivo controlo e a exploração, gestão e administração das lotas, portos e núcleos de pesca sob a coordenação da autoridade portuária para o setor das pescas, bem como a exploração das instalações e dos equipamentos frigoríficos destinados à congelação, conservação, distribuição e comercialização de pescado na Região Autónoma dos Açores. Afirmou ainda que a "Lotaçor é a maior instituição da pesca nos Açores, pois, para além das atividades que lhe estão consagradas nos estatutos, é a entidade de referência para o setor, em virtude da sua proximidade de pescadores, armadores, comerciantes e associações, em todas as ilhas."

Acrescentou que ao longo do seu mandato foram desenvolvidas muitas ações com vista à valorização do pescado, tais como: a extensão da certificação no âmbito do HACCP a todas as lotas; o investimento em infraestruturas e equipamentos, como lotas, máquinas de gelos ou viaturas de recolha e caixas de transporte de pescado; o reforço da manutenção e conservação preventivas e corretivas; a presença em feiras e eventos de promoção do pescado dos Açores; o início da venda on-line; a informatização de todas as lotas; a informatização de contratos de abastecimento e uniformização de regras para o preço mínimo de contratos, entre muitas outras ações.

O deputado José Ávila realçou a importância da Lotaçor no setor das pescas nos Açores, uma vez que gere 11 lotas; 30 pontos de recolha; 10 entrepostos frigoríficos; 50 máquinas de gelo; 671 casas de aprestos; 59 rampas de alagem; 6 pórticos automotores; 87 gruas e guinchos de diversos tipos. Perguntou como é pago o pescado e qual o seu impacto na tesouraria da empresa; quais foram as medidas tomadas para evitar as avarias dos equipamentos; como explica a evolução das rubricas do passivo; encargos financeiros e gastos com o pessoal; bem como qual a função da empresa Espada Pescas.

A Gestora Pública argumentou que a Lotaçor dispõe de muitos equipamentos, de diferentes marcas e tipologias, que são utilizadas por muitas pessoas, o que provoca algumas avarias. Além disso, os equipamentos estão dispersos pelas nove ilhas, desde Santa Maria ao Corvo, pelo que as manutenções e reparações são dispendiosas e demoradas. Neste sentido, foi criada uma equipa de manutenção interna, preventiva, que tem permitido evitar muitas avarias, reduzindo, por conseguinte, os FSE – Fornecimentos e Serviços Externos, em conjunto com o aumento da eficiência.

Relativamente ao pagamento do pescado, a Gestora respondeu que este é pago diariamente, correspondente a mais de 90% das notas de liquidação processadas. Esta politica de pagamento a pronto implica um grande esforço de tesouraria, por via do endividamento. No que diz respeito ao passivo, este tem estado controlado e apenas oscila em função dos investimentos realizados com a comparticipação dos fundos comunitários.

Quanto à divida e encargos financeiros, a Dra. Cíntia Machado realçou que, atualmente, 73% da dívida é de MLP – médio longo prazo e apenas 27% de curto prazo, invertendo assim a situação verificada em 2010, quando assumiu o cargo de Vogal Executiva do Conselho de Administração da Lotaçor. Acresce que tem sido possível reduzir os juros e encargos financeiros não só devido à melhoria da conjuntura económica e financeira, como também devido a renegociações com a banca, que passaram, em alguns casos, pela concessão de avales da RAA e que, em conjunto, permitiram reduzir os custos dos financiamentos bancários. Por sua vez, declarou que a Lotaçor tem 184 trabalhadores e os gastos com o pessoal aumentaram, em 2016, sobretudo, devido à atualização das contribuições para o fundo de pensões.

No que concerne à empresa Espada Pescas, esta foi criada com o objetivo de estabilizar os preços no setor, pese embora nos últimos anos tenha sido pouco utilizada. Por este motivo, a Administração e a tutela estão a analisar o futuro da empresa.

O deputado José Ávila perguntou se a Lotaçor delega competências nas Associações e se tem pagamentos em atraso à Segurança Social.

A Dra. Cíntia Machado respondeu que a tutela que delegou na Lotaçor competências ao nível da gestão dos portos de pescas e que as competências delegadas às Associações neste âmbito são efetuadas pelo Governo Regional. Referiu ainda que a Lotaçor celebra protocolos com as Associações representativas do setor no âmbito da recolha de pescado e gestão de entrepostos

frigoríficos. Quanto à questão sobre a Segurança Social, referiu que não existe qualquer verba em atraso ou retida indevidamente, quer referente aos trabalhadores, quer referente aos pescadores. Concretamente quanto à Segurança Social da Pesca, informou que existe um Protocolo entre a Lotaçor e a Segurança Social, de modo a dar cumprimento das obrigações emanadas no código contributivo da Segurança Social, e que prevê diversas responsabilidades para a Lotaçor, desde a cativação ao pagamento num prazo diferenciado, passando pelo preenchimento e entrega das declarações de remunerações.

O deputado António Almeida perguntou qual era o valor da dívida bancária acumulada da Lotaçor, quais os motivos que contribuíram para passar de capitais próprios consolidados positivos em 2010, no valor de 8 milhões de euros, para capitais próprios consolidados negativos em 2016, no valor de 16 milhões de euros, e qual o plano de reestruturação financeira previsto.

A Gestora Pública indicou que a dívida bancária, no final de 2016, era de 28,8 milhões de euros. Por sua vez, os capitais próprios consolidados negativos resultam da integração no perímetro de consolidação da empresa Santa Catarina, até porque os capitais próprios individuais da Lotaçor S.A. são positivos. Acrescentou ainda que um dos objetivos da Administração passa pela reavaliação dos imóveis detidos, para o seu valor de mercado, o que permitirá melhorar os seus capitais próprios.

3º. CAPÍTULO – POSIÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS

- O **Grupo Parlamentar do PS** manifesta **parecer favorável** à indicação da Dra. Cíntia Ricardo Reis Machado para a recondução no cargo de Presidente do Conselho de Administração da Lotaçor – Serviço de Lotas dos Açores, S.A.

- O **Grupo Parlamentar do PSD** manifesta **parecer desfavorável** à indicação da Dra. Cíntia Ricardo Reis Machado para a recondução no cargo de Presidente do Conselho de Administração da Lotaçor – Serviço de Lotas dos Açores, S.A., com a seguinte justificação:

"Considerando que a presente indigitação corresponde à renomeação da Dra. Cíntia Machado nas funções de Presidente da Lotaçor, importa analisar a evolução dos principais indicadores financeiros da empresa Lotaçor e do Grupo Lotaçor, com a inclusão das empresas que integram

o seu perímetro, com base nos Relatórios e Contas dos anos 2013 a 2016. Com efeito constata-se que no período 2013 a 2016, a empresa Lotaçor apresentou sucessivamente resultados negativos anuais na ordem dos 2,1 milhões de euros, implicando que os respetivos capitais próprios tenham decrescido de 7,8 milhões de euros para 900 mil euros. Por outro lado, a análise do Grupo Lotaçor apresenta tendência semelhante, sendo que os capitais próprios negativos se agravaram entre 2014 e 2016 de - 9,4 milhões de euros para - 16, 4 milhões de euros, correspondendo a resultados negativos anuais na ordem dos 4 milhões de euros. Ou seja, o Grupo Lotaçor está em falência técnica e com uma evolução claramente negativa.

Na sua audição, a Dra. Cíntia Machado não apresentou qualquer plano ou estratégia ou conjunto de medidas que permitam contribuir para inverter a situação do Grupo Lotaçor, da qual foi responsável nos últimos anos, com resultados manifestamente negativos. Em consequência e considerando que se afigura essencial a reestruturação do Sector Público Empresarial Regional, o GP do PSD dá parecer desfavorável à nomeação proposta. "

- O **Grupo Parlamentar do CDS-PP abstém-se** relativamente à indicação da Dra. Cíntia Ricardo Reis Machado para a recondução no cargo de Presidente do Conselho de Administração da Lotaçor – Serviço de Lotas dos Açores, S.A., com a seguinte justificação:

"Este sentido de voto é devido ao nosso entendimento de estas audições serem irrelevantes uma vez que a nomeação é da exclusiva responsabilidade do Governo. Estas audições servem única e exclusivamente para vincular e comprometer os restantes partidos políticos a decisões do Governo, facto para o qual não contribuímos."

- O **Grupo Parlamentar do BE nada tem a opor** à indicação da Dra. Cíntia Ricardo Reis Machado para a recondução no cargo de Presidente do Conselho de Administração da Lotaçor – Serviço de Lotas dos Açores, S.A.

O Relator

Carlos Silva

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

Fica anexo ao relatório o *Curriculum Vitae.*

O Presidente

Miguel Costa

Nota Curricular

Cíntia Ricardo Reis Machado

Natural de Vila do Porto, Ilha de Santa Maria.

Licenciada em Gestão de Empresas pela Universidade dos Açores, sendo técnica oficial de contas.

Iniciou a sua carreira profissional na Direção de Gestão Global de Risco do antigo Banco Comercial dos Açores, no ano de 1998, onde exerceu funções diversas, das quais se destacam a análise e decisão de crédito. Permaneceu nessa instituição de crédito até ao ano de 2008, altura em que assumiu funções de Diretora-Geral Financeira do Grupo Marques.

Integrou o Conselho de Administração da Lotaçor – Serviço de Lotas dos Açores, S.A., como Vogal Executiva, em outubro de 2010.

Em setembro de 2011 passou a integrar também o cargo de Vogal Não Executiva do Conselho de Administração de Santa Catarina – Indústria Conserveira, S.A.

Em abril de 2014 assumiu as funções de Presidente do Conselho de Administração da Lotaçor, cargo que desempenha atualmente.